



# Como ficam os cristãos

Frei Betto\*

Nada mais genérico que a condição de cristão. No Brasil, terra de Santa Cruz, pouca gente escapa. De Figueiredo a Dom Paulo, de Maluf a Lula, todos se confessam cristãos, embora nem todos participem com freqüência da vida eclesial. Esta uma característica latino-americana que certa parcela da intelectualidade acadêmica insiste em desconhecer: aqui, a colonização ibérica, trazendo a bordo a Cristandade tardia, fez com que o cristianismo virasse substrato cultural.

Pergunte a um camponês peruano, a um índio guatemalteco ou a um operário brasileiro qual sua visão do mundo. A resposta, com certeza, virá articulada em categorias religiosas. Nem as religiões de origem africana escaparam da hegemonia cristã: cuidaram-se como puderam para escapar da sanha inquisitorial, travestindo de santo seus orixás.

Cristão, nestes lados do Atlântico, virou sinônimo de brasileiro. É claro, o avanço da modernidade estimula o surgimento de focos de

ateus, de agnósticos ou de indiferentes — uma minoria, em geral, elites financeiras ou intelectuais europeizadas. Ou que professam o dogma de que só o racional é real. Mesmo assim, não há quem resista ao batizado do filho ou à missa de sétimo dia da mãe falecida. Por via das dúvidas...

Frente a tão vasto leque, fiquemos na análise de setores organizados e representativos da Igreja católica no Brasil, a começar por sua mais alta instância local, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Dirigida pelo setor progressista do episcopado brasileiro (cerca de 310 bispos, um dos mais numerosos do mundo), a CNBB reveste-se de uma honrosa tradição de combatividade em favor das liberdades democráticas. Denunciou as torturas nos períodos mais sombrios do regime militar, defendeu a anistia, deu cobertura às lutas pela terra, assumiu a causa indígena, divulgou documentos sobre a reforma agrária e urbana mais contundentes que os elaborados pelos partidos políticos.

Sobretudo, a CNBB deixou de fazer concessões ao regime, apesar de alguns bispos isolados seguirem professando que toda autoridade vem de Deus (salvo na Nicarágua

\* Carlos Alberto Libânio Cristo (frei Betto) é frade dominicano e assessor da pastoral operária de São Bernardo do Campo (SP).

ou em Cuba)... Essa "opção preferencial pelos pobres" exigiu da CNBB uma considerável cota de sacrifícios: missionários estrangeiros continuam sem obter vistos de permanência no Brasil (a menos que passem pelo crivo dos bispos confiáveis pelo Ministério da Justiça), as finanças da Igreja foram devassadas, padres e bispos, perseguidos.

O caso dos padres franceses, Aristides e Francisco, representou o grande desafio. O governo queria que a CNBB assegurasse a saída deles do país, evitando recair sobre o poder Executivo a acusação de expulsar sacerdotes do Brasil. Dom Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral da CNBB, resistiu: se o governo prendeu os padres por subversão, que assumia pois as consequências do processo.

Figueiredo, ao embarcar para Cleveland, a fim de tratar do coração, incumbiu Aureliano de assinar a expulsão de Aristides e Francisco. Assim, ao menos os militares ficariam livres da responsabilidade perante a opinião pública internacional. Aureliano manteve os padres aqui e deu continuidade ao processo (o que lhe custou, desde então, a inimidade do presidente). Resultado: após dois anos de prisão, os padres foram absolvidos pelo STM, beneficiados pela reformulação da Lei de Segurança Nacional.

E frente à sucessão presidencial, como se posicionou a CNBB? Desde sempre, pelas *diretas-já*, embora mantendo exagerada discrição quando houve, no primeiro semestre de 1984, a mobilização de massas pela bandeira amarela de "presi-

dente quem escolhe é a gente". Eis aqui um fenômeno a ser mais bem analisado por especialistas, como os sociólogos: quando a sociedade civil avança, a Igreja recua — e vice-versa.

Nenhum bispo compareceu aos palanques para respaldar de público a causa suprapartidária, embora diversos, como Dom Angélico Bernardino, da zona Leste de São Paulo, tenham publicado veementes artigos em defesa das *diretas-já*. Nas paróquias e comunidades, todo apoio às manifestações de rua. Metade do clero paulistano esteve na praça da Sé no comício de 25 de janeiro. E, com certeza, pelo menos um bispo: Dom Tomás Balduino, de Goiás.

Quando os partidos, com exceção do PT, recuaram da luta direta por *diretas-já* (adotaram, até na luta, a forma indireta...), a CNBB voltou à cena. Em *Mensagem* da última semana de agosto, o Conselho Permanente da CNBB afirmava que "mergulhado em todo esse sofrimento, o povo se estarrece diante do encaminhamento deprimente, levemente festivo e carente de grandeza ética dado ao processo de escolha dos principais mandatários. Frustrada por pequena minoria política, a aspiração nacional, claramente demonstrada nas ruas e praças, tenta-se, agora, prosseguir por caminhos que marginalizam a nação, transformando-a em mera espectadora de seu próprio destino. O povo, em sua sabedoria, percebe claramente o potencial de corrupção e o tráfico de influência inerentes a tal processo". A partir daí, os bispos voltaram a falar em

*diretas-já*, sem esconder que, diante de Maluf, Tancredo seria um mal menor.

---

### ***Os analistas se enganaram***

---

E as Comunidades Eclesiais de Base (CEB)? Estão todas com a posição do PT, como se supõe por aí? Nas últimas eleições, falava-se que as CEB seriam o grande reduto eleitoral do Partido dos Trabalhadores. O resultado foi decepcionante. Em áreas de forte organização de CEB, como o Estado capixaba, o PT não conseguiu sequer eleger um vereador. Então? Houve uma confusão de dados na análise. Avaliou-se a preferência eleitoral dos membros das 150 mil CEB espalhadas pelo Brasil, reunindo mais de três milhões de pessoas, a partir da preferência partidária dos agentes de pastoral, os padres e as religiosas que assessoram as CEB.

Em todo o país os padres não chegam a 14 mil. Ainda que a parcela dedicada às CEB possa não fazer segredo de suas simpatias para com o PT, isso não significa que os membros das comunidades sigam seus pastores também em questão partidária. Irônico fruto do processo educativo das CEB...

Os fiéis distinguem consenso religioso e consenso político. Em questões eleitorais, aprendem a não seguir a cabeça do "coronel" e... do padre! Assim, funcionou entre eles a tese do voto útil. Como ainda funciona a preferência eleitoral baseada nas relações pessoais, acima

dos partidos e de seus programas.

A falta de maturidade política facilita a manutenção do voto como dívida, favor e compromisso pessoais. Isso não significa que os participantes das CEB sejam despolitizados. Em geral, lutam nos movimentos populares e não temem proclamar que a única solução é acabar com o sistema capitalista. Porém, esse universalizante discurso ético, vinculado ao imediatismo das lutas sociais, não chega ainda ao ponto de materializar-se em programa partidário.

Há um vazio nessa articulação que parece preenchido pelos velhos esquemas da simpatia pessoal como critério de preferência eleitoral. Sobretudo quando a simpatia é complementada por um discurso aparentemente progressista e supostamente moralista. Em suma, ainda, trabalhador não vota em trabalhador. É muito entranhada na consciência popular a idéia de que competência política e administrativa exige bom nível de escolaridade.

Não há dúvida de que os membros das CEB são pelas *diretas-já*. Mas, agora, participam desse generalizado sentimento de que o povo foi, mais uma vez, traído em sua aspiração. Na hora do acerto de contas, as elites fecharam-se nos bastidores para dividirem entre si as fatias do poder. E o PT, que se manteve fiel à mobilização pelas *diretas-já*, não dispõe de recursos para promover grandes comícios. Pode ser que, nas eleições de 1986, esses eleitores frustrados em suas expectativas vinguem, nas urnas, a fachada que levaram pelas costas. ★